



REGULAMENTO DE ARBITRAGEM

RETIFICAÇÃO

Para conhecimento dos Sócios ordinários, Clubes, Sociedades Desportivas e demais interessados, republica-se, em anexo, o Regulamento de Arbitragem, com as retificações aprovadas na reunião de Direção de 23 de julho de 2015.

Mais informamos que as referidas alterações foram efetuadas nos n.ºs. 1 dos artigos 37.º, 40.º e 44.º e do artigo 85.º.

Pel'A Direção da FPF





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

REGULAMENTO DE ARBITRAGEM

**Aprovado na reunião de Direção de 25 de junho de 2015,
com alterações aprovadas na reunião de Direção de 23 de julho de 2015.**

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	5
1º - Norma Habilitante	
2º - Designações	
3º - Objeto	
4º - Âmbito de aplicação	
 CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO DA ARBITRAGEM	5
TÍTULO I - ESTRUTURA	5
5º - Composição	
6º - Administração	
7º - Competências	
8º - Incompatibilidades	
9º - Presidente do Conselho de Arbitragem	
10º - Secção Profissional	
11º - Secção Não Profissional	
12º - Secção de Classificações	
13º - Fórum da Arbitragem	
14º - Academia de Arbitragem	
15º - Comissão de Interpretação das Leis de Jogo	
16º - Comissão de Apreciação de Reclamações	
 TÍTULO II - AGENTES	11
Subtítulo I – Dos Direitos	
17º - Árbitro e Árbitro Assistente Especialista	
18º - Observadores	
 Subtítulo II – Dos Deveres	
19º - Agente da Arbitragem	
20º - Deveres específicos do Árbitro e do Árbitro Assistente	
21º - Deveres específicos do Observador	
22º - Incompatibilidade e Impedimento	
 Subtítulo III – Do Estatuto	
23º - Regime	
24º - Compensação	
25º - Licenças	
26º - Jubilação	

TÍTULO III – DO REGISTO DE INTERESSES16

27º - Registo de Interesses

28º - Declarações

29º - Confidencialidade

CAPÍTULO III – FORMAÇÃO E PROGRESSÃO17

TÍTULO I - CURSOS17

30º - Condições de exercício da atividade

31º - Cursos e Seminários

32º - Cursos de Árbitros

33º - Condições de admissão

34º - Cursos de Observadores

35º - Seminários

Subtítulo I – Cursos de Formação em Futebol

36º - Curso de Formação Inicial Nível 1

37º - Curso de Formação Avançada Nível 2

38º - Curso de Formação de Elite Nível 3

Subtítulo II – Cursos de Formação em Futsal

39º - Curso de Formação Inicial Nível 1

40º - Curso de Formação Avançada Nível 2

41º - Curso de Formação de Elite Nível 3

Subtítulo III – Cursos de Observadores

42º - Curso de Formação Inicial de Observador Distrital

43º - Curso de Formação Avançada Observador Nacional

Subtítulo IV – Seminários Específicos

44º - Seminários

TÍTULO II - CATEGORIAS.....23

45º - Dos Árbitros

46º - Dos Observadores

47º - Categoria CJ

48º - Categoria C6

49º - Categoria C5

50º - Categoria C4

51º - Categoria C3

52º - Categoria C3 Avançado

53º - Categoria CF

- 54º - Categoria C2
- 55º - Categoria C2 Elite
- 56º - Categoria C1 em futebol
- 57º - Categoria C1 em futsal
- 58º - Categoria C1 em futebol de praia
- 59º - Categoria AAC1
- 60º - Árbitro Internacional
- 61º - Árbitro Assistente Internacional
- 62º - Categorias de Observadores

CAPÍTULO IV – EXERCÍCIO29

TÍTULO I - QUADROS.....29

- 63º - Quadro C6 em futebol e futsal
- 64º - Quadro C5 em futebol e futsal
- 65º - Quadro C4 em futebol e futsal
- 66º - Quadro C3 em futebol e futsal
- 67º - Quadro C2 em futebol
- 68º - Quadro C2 em futsal
- 69º - Quadro C2 em futebol de praia
- 70º - Quadro C1 em futebol e futsal
- 71º - Quadro C1 em futebol de praia
- 72º - Quadro AAC1
- 73º - Quadro CF
- 74º - Quadro Observador Distrital
- 75º - Quadro Observador Nacional de futebol
- 76º - Quadro Observador Nacional de futsal
- 77º - Preenchimento de vagas
- 78º - Cotas por Associação em futebol
- 79º - Cotas por Associação em futsal
- 80º - Indicação à FIFA e à UEFA
- 81º - Limites de idade

TÍTULO II – CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPAS DE ARBITRAGEM.....35

- 82º - Competições Distritais de futebol
- 83º - Campeonato Nacional de Juniores de futebol
- 84º - Competições Femininas de futebol
- 85º - Campeonato Nacional de Seniores de futebol
- 86º - Competições Profissionais
- 87º - Competições de futsal
- 88º - Competições de futebol de praia

- 89º - Protocolo entre Associações
- 90º - Protocolo com Federações Estrangeiras
- 91º - Árbitros em mobilidade no âmbito de Ensino Superior

TÍTULO III – NOMEAÇÕES38

- 92º - Designação
- 93º - Critérios
- 94º - Jogos de dificuldade acrescida

CAPÍTULO V – CLASSIFICAÇÕES39

- 95º - Exclusividade
- 96º - Observação
- 97º - Conhecimento dos relatórios
- 98º - Reclamação dos relatórios
- 99º - Denúncia de arbitragem incorreta
- 100º - Taxa
- 101º - Uniformidade

CAPÍTULO VI – NORMAS TRANSITÓRIAS PARA A ÉPOCA 2015/201640

- 102º - Quadro C1 de futsal

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS.....41

- 103º - Arredondamentos
- 104º - Aplicação
- 105º - Adaptação
- 106º - Entrada em vigor

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1º

NORMA HABILITANTE

O presente Regulamento é adotado ao abrigo do disposto no artigo 10º e nas alíneas a) e c) do número 2 do artigo 41º do Regime Jurídico das Federações Desportivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de junho, e bem assim da alínea a) do artigo 51- e da alínea c) do artigo 62º dos Estatutos da FPF.

2º

DESIGNAÇÕES

As siglas ou expressões aqui identificadas têm os significados seguintes:

- a. FPF – Federação Portuguesa de Futebol.
- b. LPFP - Liga Portuguesa de Futebol Profissional.
- c. Associações – Associações Distritais ou Regionais.
- d. Conselho de Arbitragem – Conselho de Arbitragem da FPF.

As referências às expressões “distrital” e “clube” consideram-se efetuadas, respetivamente, a “regional” e a “sociedade desportiva”.

As referências a “árbitro” contemplam o género masculino e feminino.

3º

OBJETO

O presente Regulamento de Arbitragem é adotado ao abrigo dos poderes exercidos pela FPF no âmbito da regulamentação da arbitragem do futebol e suas variantes e estabelece o regime aplicável à organização, formação e progressão, exercício e classificação dos agentes da arbitragem.

4º

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O presente regulamento aplica-se aos árbitros, árbitros assistentes especialistas, observadores, cronometristas, formadores, técnicos e demais pessoas singulares ou coletivas filiados na FPF, LPFP ou Associações e é ainda aplicável aos campeonatos e provas oficiais e aos jogos e torneios particulares, respetivamente organizados e autorizados pela FPF, LPFP e Associações.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DA ARBITRAGEM

TÍTULO I ESTRUTURA

5º

COMPOSIÇÃO

A arbitragem é integrada, a nível nacional, pelos árbitros, árbitros assistentes especialistas, observadores, formadores e técnicos dos quadros da FPF e, a nível distrital, pelos árbitros, cronometristas, observadores, formadores e técnicos dos quadros das Associações.

6º

ADMINISTRAÇÃO

1. O Conselho de Arbitragem é o órgão de tutela e o responsável por definir as orientações e pela coordenação, planeamento e administração da atividade da arbitragem em todo o território nacional.
2. O Conselho de Arbitragem delega nos Conselhos de Arbitragem das Associações os poderes necessários à gestão da arbitragem no âmbito das competições distritais.
3. Os Conselhos de Arbitragem das Associações são constituídos nos termos dos estatutos da respetiva Associação, encontram-se obrigados à elaboração e apresentação anual de um plano de atividades e orçamento para exercício dos poderes que lhe são conferidos e ao cumprimento das demais normas previstas neste regulamento.
4. O Conselho de Arbitragem é constituído pelas secções profissional, não profissional e de classificações e compreende o Fórum da Arbitragem, uma Comissão de Apoio Técnico denominada por Academia de Arbitragem, uma Comissão de Interpretação das Leis do Jogo e uma Comissão de Apreciação de Reclamações.

7º

COMPETÊNCIAS

Além das demais competências previstas nos Estatutos da FPF, compete ao Conselho de Arbitragem:

1. Assegurar o funcionamento da arbitragem a nível nacional;
2. Aprovar as normas de gestão administrativa da arbitragem;
3. Estabelecer os critérios de nomeação e classificação dos árbitros;
4. Estabelecer os parâmetros de formação do sistema nacional da arbitragem;
5. Implementar as leis do jogo no domínio específico da arbitragem nacional;
6. Promover junto dos Sócios Ordinários, Conselhos de Arbitragem das Associações, árbitros, árbitros assistentes especialistas, observadores e cronometristas, a divulgação das leis do jogo, das instruções emanadas pelos organismos internacionais, demais normas que respeitem à arbitragem e dos pareceres técnicos, velando pela sua aplicação;
7. Interpretar as leis do jogo, sempre que tal lhe for solicitado;
8. Zelar pela boa aplicação das leis de jogo;
9. Emitir parecer sobre quaisquer assuntos relativos à arbitragem, sempre que tal for solicitado pelos demais órgãos da FPF;
10. Elaborar, anualmente, o plano de atividades e o orçamento da arbitragem e submetê-lo à aprovação da Direção da FPF;
11. Executar o orçamento da arbitragem;
12. Elaborar, anualmente, o quadro de árbitros, árbitros assistentes especialistas e observadores e proceder à sua publicação;
13. Propor à Direção da FPF:

- a. Os valores a pagar aos árbitros, árbitros assistentes especialistas, observadores e cronometristas;
 - b. As medidas de carácter económico respeitantes à arbitragem nacional;
 - c. A atribuição de galardões, nos termos do regulamento aplicável;
 - d. A lista de candidatos, a árbitros e árbitros assistentes, para indicação à FIFA;
 - e. A lista de observadores e instrutores candidatos aos painéis da UEFA e da FIFA respetivos;
14. Defender o prestígio da arbitragem, efetuando nomeadamente participações de ordem disciplinar por atos praticados contra a dignidade e honra de agentes da arbitragem ou perturbadores das necessárias condições ao seu exercício;
 15. . Estabelecer os conteúdos programáticos da formação dos agentes da arbitragem;
 16. Promover e administrar a formação dos árbitros, árbitros assistentes, árbitros assistentes adicionais, observadores e cronometristas com a colaboração da Academia de Arbitragem;
 17. Coordenar e uniformizar com os Conselhos de Arbitragem das Associações os níveis de formação dos árbitros, observadores e cronometristas e os assuntos técnicos da arbitragem;
 18. Proceder à marcação dos exames médico-desportivos dos agentes de arbitragem pertencentes aos quadros nacionais;
 19. Organizar e manter atualizadas as fichas de cadastro dos árbitros nacionais, árbitros assistentes, árbitros assistentes adicionais, observadores e cronometristas com as Associações;
 20. Apreciar e decidir sobre os pedidos de licença e jubilação;
 21. Gerir as demais tarefas que lhe estejam atribuídas.

8º

INCOMPATIBILIDADES

1. O titular do Conselho de Arbitragem não pode:
 - a. Realizar negócios com a FPF, LPFP, Associações, clubes ou outras pessoas coletivas naquelas filiadas;
 - b. Exercer qualquer outra atividade para as entidades referidas na alínea anterior;
 - c. Ser gerente ou administrador de empresas que realizem negócios com as entidades referidas na alínea a) ou deter naquelas empresas participação social superior a 10% do capital;
 - d. Desempenhar quaisquer funções em empresas nas quais dirigente de clube ou sociedade anónima desportiva detenha posição relevante, nomeadamente por aí exercer funções de gerência ou administração;
 - e. Exercer a atividade de jornalista, colunista ou comentador em órgão de comunicação social, sobre matérias relacionadas com o setor da arbitragem;
 - f. Intervir ou participar em qualquer fase ou tomada de decisão ou emissão de parecer em caso de conflito de interesses, devendo comunicar desde logo, por escrito, o seu impedimento ao Presidente do Conselho de Arbitragem.
2. Para efeitos de cálculo da percentagem referida na alínea c) do número anterior, considera-se o capital titulado pelo visado, seu cônjuge, ascendente ou descendente até ao terceiro grau.
3. Aquele que se encontre em situação de incompatibilidade deve declarar o seu impedimento ou renunciar às respetivas funções no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da ocorrência do fato que determinou a incompatibilidade.
4. A declaração de impedimento ou de renúncia deve conter o fato que fundamenta a incompatibilidade.

9º

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ARBITRAGEM

Ao Presidente do Conselho de Arbitragem da FPF compete especialmente:

1. Representar a arbitragem junto das organizações nacionais e internacionais;
2. Elaborar um relatório da atividade da arbitragem, que é integrado no relatório anual da FPF;
3. Cumprir e fazer cumprir o orçamento que, anualmente, lhe é atribuído;
4. Convocar e presidir às reuniões do plenário do Conselho de Arbitragem e das secções profissional e não profissional.

10º

SECÇÃO PROFISSIONAL

Além das competências previstas nos Estatutos da FPF e das demais estabelecidas no presente regulamento, a Secção Profissional do Conselho de Arbitragem têm competência específica para:

1. Propor os critérios de nomeação dos árbitros das competições profissionais;
2. Designar as equipas de arbitragem das competições organizadas pela LPFP e pela FPF sempre que no jogo intervenha, pelo menos, um clube que dispute a competição profissional;
3. Comunicar aos árbitros as suas nomeações com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas do jogo podendo, em situações fundamentadas, efetuar a comunicação com prazo inferior;
4. Designar as equipas de arbitragem para jogos particulares, torneios oficiais seniores ou torneios oficiais jovens, sempre que para esses jogos seja solicitado um árbitro de categoria C1 ou C2 Elite;
5. Designar os quartos árbitros para jogos em que seja solicitado um árbitro de categoria C1 ou C2 elite;
6. Designar os árbitros, árbitros assistentes, árbitros assistentes adicionais e quartos árbitros para as competições organizadas pela UEFA ou FIFA, sempre que solicitado por estes organismos;
7. Apresentar ao Conselho de Arbitragem uma proposta de designação dos candidatos a árbitro e árbitro assistente internacional, respetivamente das categorias C1 e AAC1.
8. Organizar as ações respeitantes aos árbitros adstritos a esta secção com a colaboração da Academia de Arbitragem;
9. Estar presente em todas as ações em que intervenham árbitros adstritos a esta secção;
10. Consultar os relatórios de avaliação técnica dos árbitros sob a sua jurisdição através da plataforma informática;
11. Receber da Secção de Classificações o resultado das decisões das reclamações, incluindo os pareceres emitidos pela CAR, apresentadas pelos Clubes e Árbitros afetos ao sector profissional.

11º

SECÇÃO NÃO PROFISSIONAL

Além das competências previstas nos Estatutos da FPF e das demais estabelecidas no presente regulamento, a Secção Não Profissional do Conselho de Arbitragem tem competência específica para:

1. Propor os critérios de nomeação dos árbitros das competições não profissionais;
2. Designar os árbitros para os jogos das competições nacionais não profissionais e da Taça de Portugal e da Supertaça quando no jogo não intervenha qualquer clube que dispute competições organizadas pela LPFP.
3. Designar as equipas de arbitragem para jogos particulares, torneios oficiais seniores ou torneios oficiais jovens, sempre que para esses jogos deva ser indicado um árbitro de categoria C2 ou C3 Avançado.
4. Comunicar aos árbitros as suas nomeações com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas do jogo podendo, em situações fundamentadas, efetuar a comunicação com prazo inferior;

5. Comunicar aos Conselhos de Arbitragem das Associações os árbitros da respetiva Associação que tenham sido designados para atuar em provas nacionais, com a antecedência máxima possível relativamente à data de início de cada jornada;
6. Apresentar ao Conselho de Arbitragem uma proposta de designação dos candidatos a árbitro e árbitro assistente internacional, das categorias C1 de futsal e CF.
7. Organizar as ações respeitantes aos árbitros adstritos a esta secção com a colaboração da Academia de Arbitragem;
8. Estar presente em todas as ações em que intervenham árbitros adstritos a esta secção;
9. Consultar os relatórios de avaliação técnica dos árbitros sob a sua jurisdição através da plataforma informática;
10. Receber da Secção de Classificações o resultado das decisões das reclamações, incluindo os pareceres emitidos pela CAR, apresentadas pelos Clubes e Árbitros afetos ao sector não profissional.

12º

SECÇÃO DE CLASSIFICAÇÕES

1. O Vice-Presidente da Secção de Classificações convoca e preside às reuniões da secção.
2. Além das competências previstas nos Estatutos da FPF e das demais estabelecidas no presente regulamento, a Secção de Classificações do Conselho de Arbitragem tem competência específica no âmbito das competições profissionais e não profissionais para:
 - a. Comunicar aos Conselhos de Arbitragem das Associações os observadores da respetiva Associação que tenham sido designados para atuar em provas nacionais, com a antecedência máxima possível relativamente à data de início de cada jornada.
 - b. Organizar as ações respeitantes aos observadores com a colaboração da Academia de Arbitragem.
 - c. Estar presente em todas as ações em que intervenham observadores e em todas as que tenham componente classificativa;
 - d. Consultar os relatórios de avaliação técnica dos árbitros através da plataforma informática.
 - e. Apresentar ao Conselho de Arbitragem uma proposta de designação dos candidatos a integrar o painel de observadores da UEFA;
3. Além das competências previstas nos Estatutos da FPF e das demais estabelecidas no presente regulamento, a Secção de Classificações do Conselho de Arbitragem tem competência exclusiva no âmbito das competições profissionais e não profissionais para:
 - a. Propor as normas de classificação dos árbitros, árbitros assistentes especialistas e observadores;
 - b. Propor os critérios de nomeação dos observadores das competições profissionais e não profissionais;
 - c. Designar os observadores para a observação e avaliação das equipas de arbitragem;
 - d. Receber, controlar e arquivar os relatórios de avaliação técnica, decidindo da sua validade;
 - e. Classificar a prestação dos árbitros e dos árbitros assistentes especialistas, com base nos relatórios de avaliação técnica efetuados para o efeito pelos observadores e demais elementos classificativos;
 - f. Dar conhecimento individual aos árbitros e árbitros assistentes especialistas dos relatórios técnicos respetivos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o jogo;
 - g. Comunicar aos observadores as suas nomeações com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do jogo podendo, em situações fundamentadas, efetuar a comunicação com prazo inferior;
 - h. A gestão e administração da Comissão de Apreciação de Reclamações.

13º

FÓRUM DA ARBITRAGEM

O Fórum da Arbitragem tem funções consultivas e de apoio ao Conselho de Arbitragem da FPF, encontrando-se a sua composição e competências regulamentadas em documento próprio.

14º

ACADEMIA DE ARBITRAGEM

A Academia de Arbitragem é o centro de formação nacional que atua sob coordenação do Conselho de Arbitragem, competindo-lhe:

1. Desenvolver a preparação técnica, física e mental dos árbitros, árbitros assistentes especialistas e observadores;
2. Desenvolver o plano nacional de formação e progressão da carreira de árbitro, árbitro assistente especialista, cronometrista, observador e formador;
3. Executar programas de acolhimento, integração, deteção de talentos, apoio e projeção da arbitragem internacional, formação e aperfeiçoamento;
4. Desenvolver e manter uma plataforma de ensino à distância que permita uma oferta formativa complementar e contínua;
5. Promover e organizar ações de formação e reciclagem;
6. Determinar os módulos e as matérias de aprendizagem e avaliação dos agentes da arbitragem;
7. Coordenar com os Conselhos de Arbitragem das Associações, os programas do curso dos árbitros, observadores e cronometristas dos quadros distritais;
8. Lecionar cursos de formadores para constituição do seu corpo docente.

15º

COMISSÃO DE INTERPRETAÇÃO DAS LEIS DE JOGO

1. No âmbito do Conselho de Arbitragem é criada uma comissão de interpretação das Leis de Jogo, composta por elementos do Conselho de Arbitragem, por este designados.
2. Compete à Comissão a interpretação das Leis de Jogo de Futebol, Futsal e Futebol de Praia através da emissão de pareceres técnicos, por iniciativa própria ou por solicitação do Conselho ou das suas secções.

16º

COMISSÃO DE APRECIÇÃO DE RECLAMAÇÕES

1. A Comissão de Avaliação de Reclamações é composta por membros, indicados pelo Conselho de Arbitragem, sob proposta da Secção de Classificações.
2. A Comissão de Avaliação de Reclamações integra uma secção específica para o futebol, outra para o futsal e outra para o futebol de praia.
3. A Comissão de Avaliação de Reclamações, a pedido da Secção de Classificações, é responsável por emitir pareceres e elaborar propostas de decisão relativamente às reclamações apresentadas.

TÍTULO II AGENTES

SUBTÍTULO I DOS DIREITOS

17º

ÁRBITRO E ÁRBITRO ASSISTENTE ESPECIALISTA

O árbitro e árbitro assistente especialista têm direito, nos termos da regulamentação aplicável, a:

1. Receber formação adequada ao exercício da sua função;
2. Gozar de independência técnica no exercício da sua atividade;
3. Exercer os poderes que lhe são conferidos pelas Leis do Jogo, desde a sua entrada nas instalações desportivas até à sua saída;
4. Receber as cópias dos relatórios técnicos dos jogos em que tenha participado;
5. Ter conhecimento da chave de correção dos testes escritos ou cópias destes após classificação;
6. Reclamar dos relatórios e classificações obtidas;
7. Ser promovido;
8. Auferir as importâncias estabelecidas pela FPF, LPFP e/ou Associações;
9. Ser reembolsado das despesas efetuadas com a participação em reuniões, conferências ou cursos;
10. Solicitar pareceres sobre as leis de jogo e regulamentos ao Conselho de Arbitragem;
11. Beneficiar de um seguro de acidentes pessoais que cubra, no mínimo, os riscos previstos na legislação em vigor, resultante de acidente ou lesão no exercício ou por causa das suas funções;
12. Receber indemnização pelos danos que lhe forem causados, constantes do relatório de jogo ou em documento complementar;
13. Recorrer para as instâncias competentes das decisões que afetem os seus interesses;
14. Obstar à utilização pública ilícita da sua imagem para fins de exploração comercial;
15. Requerer licença, reingresso na carreira e jubilação;
16. Assistir gratuitamente a jogos;
17. Ser eleito para cargos ou funções em entidades associativas da sua classe.

18º

OBSERVADORES

São direitos do observador, nos termos da regulamentação aplicável:

1. Gozar de independência técnica no exercício da sua função;
2. Receber as importâncias estabelecidas pelos órgãos competentes;
3. Ter conhecimento da chave de correção dos testes escritos ou cópias destes após classificação;
4. Recorrer para as instâncias competentes das decisões que afetem os seus interesses;
5. Solicitar dispensa de exercício de atividade por período que não exceda o final de cada época;
6. Requerer licença, reingresso na carreira e jubilação;
7. Beneficiar de um seguro de acidentes pessoais que cubra, no mínimo, os riscos previstos na legislação em vigor, resultantes de acidente no exercício ou por causa das suas funções;
8. Assistir gratuitamente a jogos;

9. Solicitar pareceres sobre as leis do jogo e regulamentos ao Conselho de Arbitragem.
10. Receber formação adequada ao exercício da sua função
11. Ser reembolsado das despesas efetuadas com a participação em reuniões, conferências ou cursos;
12. Receber indemnização pelos danos que lhe forem causados, constantes do relatório técnico do jogo ou em documento complementar;
13. Ser eleito para cargos ou funções em entidades associativas da sua classe.

SUBTÍTULO II

DOS DEVERES

19º

AGENTE DA ARBITRAGEM

1. São deveres do agente da arbitragem:
 - a. Aceitar as nomeações para que esteja designado;
 - b. Comparecer aos jogos para os quais seja nomeado;
 - c. Justificar a sua não comparência ao Conselho de Arbitragem competente, logo que tenha conhecimento do facto impeditivo;
 - d. Proceder com correção e urbanidade no exercício das suas funções e fora delas;
 - e. Manter uma conduta conforme os princípios desportivos de lealdade, probidade, verdade e retidão nos jogos e nas relações de natureza desportiva, económica e social e bom entendimento com todos os órgãos da hierarquia desportiva, clubes, dirigentes, treinadores e demais agentes desportivos;
 - f. Comparecer para depor em inquéritos, processos disciplinares ou protestos sempre que notificado;
 - g. Não emitir declarações ou opiniões públicas, em qualquer local e sem autorização prévia, sobre matérias relativas ao sistema específico da arbitragem e a qualquer jogo;
 - h. Abster-se da prática de atos na sua vida pública ou que nela se possam repercutir que se revelem incompatíveis com a dignidade e probidade no exercício das suas funções;
 - i. Cumprir as normas e regulamentos em vigor;
 - j. Guardar confidencialidade dos relatórios dos observadores;
 - k. Entregar ao Conselho de Arbitragem o cartão concedido, quando aplicada pena de suspensão ou requerida licença ou jubilação.
 - l. Realizar exames médicos anuais para avaliação da aptidão para o exercício da sua função, a custas da FPF, LPFP ou Associações;
2. São ainda deveres do árbitro, árbitro assistente especialista, terceiro árbitro, quarto árbitro e cronometrista assinar o boletim do jogo, nele registando qualquer discordância quanto ao seu conteúdo e a comunicar esse facto, por escrito, ao órgão que o tiver nomeado.

20º

DEVERES ESPECÍFICOS DO ÁRBITRO E DO ÁRBITRO ASSISTENTE

1. São deveres específicos do árbitro e do árbitro assistente:
 - a. Comparecer nas instalações desportivas, com a antecedência exigível, para verificação das condições regulamentares do recinto de jogo, sendo aquela de uma hora nas competições não profissionais de futebol, de uma hora e quinze minutos nas competições de futsal e de uma hora e meia nas competições profissionais;

- b. Diligenciar no sentido de suprir as deficiências encontradas no recinto de jogo;
- c. Inscrever no boletim de jogo os factos a que se refere a alínea anterior;
- d. Apresentar-se em campo com o equipamento oficialmente aprovado;
- e. Iniciar o jogo à hora marcada;
- f. Concluir o jogo para o qual tenha sido nomeado;
- g. Assegurar o interesse comum de realização do jogo;
- h. Participar em todas as ações de formação, aperfeiçoamento e avaliação, bem como a todos os testes regulamentares para que tenham sido convocados.

2. São deveres específicos do árbitro:

- a. Cumprir e fazer cumprir as leis do jogo e os regulamentos aplicáveis;
- b. Verificar o cumprimento pela sua equipa da comparência ao jogo com a antecedência exigível e reportar o seu incumprimento;
- c. Inscrever no relatório de jogo os motivos justificativos do não início ou conclusão do jogo para o qual seja nomeado;
- d. Elaborar o boletim do jogo mencionando os incidentes ocorridos antes, durante ou após o jogo, bem como os comportamentos imputados aos jogadores, treinadores, médicos, massagistas, dirigentes e demais agentes desportivos, bem como os factos que constituam fundamento para a aplicação de sanções disciplinares;
- e. Enviar o boletim do jogo à FPF, à LPFP ou à Associação competente, nos termos definidos pela Secção ou Conselho de Arbitragem respetivo;
- f. Fazer constar de relatório complementar os factos suscetíveis de serem incluídos no boletim de jogo, de que tenha tomado conhecimento após o preenchimento daquele;
- g. Enviar o relatório complementar nos termos definidos pelo Conselho de Arbitragem respetivo.
- h. Recusar a direção de qualquer jogo não iniciado ou dado por findo, por outro árbitro, salvo nos casos regulamentarmente previstos;
- i. Recusar a participação em jogos não oficiais, exceto se tiver sido previamente autorizado pelo Conselho de Arbitragem competente;
- j. Realizar anualmente um exame médico-desportivo e informar o Conselho de Arbitragem competente do seu resultado;
- k. Realizar testes regulamentares, sempre que para tal seja convocado;
- l. Participar em reuniões, conferências ou cursos, diligências ou outros eventos.

21º

DEVERES ESPECÍFICOS DO OBSERVADOR

São deveres específicos do observador:

- 1. Usar de todos os meios proporcionados para aperfeiçoar os seus próprios conhecimentos das leis de jogo e dos regulamentos;
- 2. Elaborar os relatórios técnicos de observação sobre os desempenhos dos árbitros e dos árbitros assistentes.
- 3. Cumprir os prazos estabelecidos para o envio ao órgão competente do relatório técnico de observação, nos jogos para que seja designado;
- 4. Garantir a confidencialidade dos relatórios técnicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte;

5. Prestar ao Conselho de Arbitragem todos os esclarecimentos necessários à boa compreensão e fundamentação do teor dos relatórios técnicos;
6. Participar em todas as ações de formação, aperfeiçoamento e avaliação, bem como em todos os testes para que tenham sido convocados.
7. Não utilizar durante o jogo ou após o fim do mesmo, qualquer meio de comunicação com terceiros para clarificar situações ocorridas no jogo para o qual foi nomeado.
8. Analisar e avaliar objetivamente o desempenho da equipa de arbitragem; 9. Detetar os pontos fortes e áreas de desenvolvimento da equipa de arbitragem;
10. Motivar a equipa de arbitragem.

22º

INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

1. Ao agente de arbitragem é igualmente aplicável o regime estabelecido no artigo 8º do presente regulamento.
2. O exercício da atividade de observador nacional é compatível com funções de membro da comissão técnica ou da comissão de apreciação de reclamações distrital.
3. O observador de categoria Observador Nacional não pode pertencer cumulativamente à Comissão de Apreciação de Reclamações da FPF.
4. O observador de categoria Observador Nacional encontra-se igualmente impedido de exercer a sua função nas competições nacionais, profissionais e não profissionais, sempre que em qualquer uma delas intervenha um árbitro ou árbitro assistente que com ele tenha relação de parentesco ou afinidade em linha reta ou colateral até ao terceiro grau.
5. A causa de incompatibilidade referida no número anterior é verificada no início de cada época, ficando o observador em causa suspenso da sua atividade a nível nacional durante a época desportiva em que se tenha verificado o impedimento.
6. Um árbitro ou árbitro assistente está impedido, na mesma época desportiva, de atuar em competições nacionais de futebol e de futsal.
7. O observador Nacional encontra-se impedido de ser designado em observação técnica que tenha por objeto a atuação de árbitro filiado na sua Associação.

SUBTÍTULO III DO ESTATUTO

23º

REGIME

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, os árbitros, árbitros assistentes, observadores, cronometristas e formadores exercem a sua atividade desportiva na qualidade de agentes desportivos amadores.
2. Os árbitros, árbitros assistentes especialistas e os observadores das competições organizadas pela LPFP exercem a sua atividade desportiva na qualidade de agentes não amadores.
3. Os agentes desportivos a que se refere o número anterior podem adquirir estatuto de agente desportivo profissional.

24º

COMPENSAÇÃO

1. Os árbitros, árbitros assistentes especialistas, árbitros assistentes adicionais, terceiros árbitros, observadores e cronometristas têm direito a auferir os valores estipulados pela FPF ou pelas Associações no âmbito das competições por si organizadas.
2. Os árbitros, árbitros assistentes, árbitros assistentes adicionais, quartos árbitros e observadores das competições organizadas pela LPFP têm direito a receber as quantias que resultem de acordo entre a LPFP e a FPF.

25º

LICENÇAS

1. Os árbitros, árbitros assistentes e observadores têm direito à concessão de licença em casos devidamente justificados e desde que, à data do requerimento, não tenham pendente qualquer processo disciplinar.
2. A licença concedida pode ser temporária ou de longa duração.
3. É considerada licença temporária a que compreenda período superior a 30 (trinta) dias e inferior a uma época desportiva.
4. É considerada licença de longa duração a que tenha período superior ao referido no número anterior e inferior a 2 (duas) épocas desportivas.
5. A licença de longa duração pode exceder o período referido no número anterior em caso de ausência do país se o seu beneficiário se tiver mantido em atividade.
6. A reintegração posterior a uma licença de longa duração pode ter lugar no início da época desportiva seguinte, desde que o requerimento seja efetuado até 30 (trinta) dias antes do final da época e o interessado cumpra as normas regulamentares estabelecidas.
7. O requerente ocupa a primeira vaga que ocorrer em consequência de jubilação.
8. Se o quadro no qual o interessado pretende a reintegração não se encontrar totalmente preenchido, a mesma pode ter lugar em qualquer momento da época desportiva, não podendo o interessado obter qualquer benefício em termos de classificação por este facto.
9. A atribuição das licenças temporária e de longa duração e a decisão de reintegração compete ao Conselho de Arbitragem com jurisdição sobre a categoria a que o requerente pertença.
10. Da concessão e do termo da licença é dado conhecimento ao Conselho de Arbitragem no qual o requerente se encontre filiado.

26º

JUBILAÇÃO

1. Tem direito a jubilar-se o árbitro, árbitro assistente especialista, observador que o requeira e preencha um dos seguintes requisitos:
 - a. Atinja o limite de idade para permanência na respetiva Categoria;
 - b. Tenha exercido a atividade durante 12 (doze) épocas seguidas ou 15 (quinze) alternadas e não tenha sofrido pena de suspensão que exceda o total de 60 (sessenta) dias;
 - c. Tenha sido considerado incapaz para a prática da atividade por entidade clínica competente.

2. A jubilação é concedida na categoria detida à data do requerimento.
3. Os árbitros, árbitros assistentes especialistas e cronometristas jubilados têm direito a um cartão vitalício de livre ingresso aos jogos para os quais se encontravam habilitados aquando do pedido da jubilação.
4. As vagas resultantes de jubilação ocorridas até 31 de Dezembro da época da jubilação são preenchidas pelo melhor classificado não promovido do estágio curricular, seminário ou curso de acesso à respetiva categoria.
5. O pedido de jubilação é apresentado no Conselho de Arbitragem de filiação do requerente que o submeterá para aprovação pelo Conselho de Arbitragem.

TÍTULO III

DO REGISTO DE INTERESSES

27º

REGISTO DE INTERESSES

1. O titular de Conselho de Arbitragem, árbitro, árbitro assistente especialista e observador dos quadros nacionais encontra-se obrigado a registar em livro próprio a relação do seu património e rendimentos, bem como de todas as situações profissionais e patrimoniais relevantes.
2. Na relação do património deve o agente declarar quaisquer direitos que detenha sobre imóveis, móveis sujeitos a registo, créditos incluindo de abonos, rendas, vencimentos, salários e depósitos bancários, quotas, ações ou quaisquer participações sociais.
3. O registo de interesses é organizado na FPF e não é público.
4. O registo de interesses pode ser consultado por membro da secção do Conselho de Disciplina com competência disciplinar ou pelo Conselho de Justiça quando instaurado processo disciplinar por omissão, falsidade ou inexatidão de dados inscritos.
5. A verificação de omissões, falsidades ou inexatidões nos dados inscritos é sancionada nos termos do Regulamento de Disciplina da FPF.

28º

DECLARAÇÕES

1. O Livro de Registo de Interesses é formado por declarações iniciais devidamente numeradas por ordem de entrada e por declarações complementares que àquelas são anexadas sob o mesmo número, acrescido da letra A, B, C e assim sucessivamente, consoante a ordem da sua apresentação.
2. Os modelos de declaração são disponibilizados no sítio da FPF e depois de preenchidos, descarregados e assinados são entregues nos termos seguintes:
 - a. A declaração inicial é apresentada, no início de cada época desportiva, até 30 de Setembro ou no prazo de 60 (sessenta) dias da tomada de posse do titular do órgão social;
 - b. As declarações complementares são apresentadas, no final de cada época desportiva, até 30 de Junho e, no início de cada época desportiva, até 30 de Agosto.

3. A falta de apresentação de qualquer declaração nos prazos estabelecidos e a inexatidão não culposa dos dados nela inscritos, não é passível de sanção disciplinar se o agente proceder à sua apresentação ou retificação dentro do prazo de 10 (dez) úteis dias contados da notificação para o efeito.

29º

CONFIDENCIALIDADE

1. Está obrigado a guardar e a garantir rigoroso sigilo sobre os factos constantes do registo aquele que tenha conhecimento de quaisquer dados ou elementos dele constantes, nomeadamente funcionário ou colaborador dos órgãos disciplinares, mesmo após cessação das respetivas funções.
2. O dever de sigilo cessa quando o interessado o declare expressamente ou a lei o determine.
3. É admissível a consulta de dados de outros agentes sempre que aquela se revele imprescindível à descoberta da verdade e da mesma não resulte possibilidade de identificação do titular dos dados consultados.

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO E PROGRESSÃO

TÍTULO I CURSOS

30º

CONDIÇÃO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Pode exercer a atividade de árbitro, árbitro assistente ou observador quem obtenha qualificação necessária para o efeito, por conclusão, aproveitamento e classificação bastante nos cursos ou seminários ministrados pelos Conselhos de Arbitragem competentes em coordenação com a Academia de Arbitragem da FPF.

31º

CURSOS E SEMINÁRIOS

1. Para o exercício da atividade de árbitro são realizados os cursos e seminários seguintes:
 - a. Curso de Formação Inicial Nível 1 de futebol;
 - b. Curso de Formação Avançada Nível 2 de futebol;
 - c. Curso de Formação de Elite Nível 3 de futebol;
 - d. Curso de Formação Inicial Nível 1 de futsal;
 - e. Curso de Formação Avançada Nível 2 de futsal;
 - f. Curso de Formação de Elite Nível 3 de futsal;
 - g. Seminário específico de árbitros assistentes especialistas;
 - h. Seminário específico de futebol feminino;
 - i. Seminário específico de futebol de praia;
2. Para o exercício da atividade de observador são realizados os seguintes cursos:
 - a. Curso de Formação Inicial de Observador Distrital de futebol;

- b. Curso de Formação Avançada de Observador Nacional de futebol;
- c. Curso de Formação Inicial de Observador Distrital de futsal;
- d. Curso de Formação Avançada de Observador Nacional de futsal.

32º

CURSOS DE ÁRBITROS

1. Os cursos de Formação Inicial Nível 1, de futebol e futsal, são organizados pelos Conselhos de Arbitragem das Associações sob a orientação e supervisão da Academia de Arbitragem.
2. Os cursos de Formação Avançada Nível 2 e de Elite Nível 3, de futebol e de futsal, são organizados pelo Conselho de Arbitragem da FPF através da Academia de Arbitragem.
3. Os cursos referidos compreendem duas fases distintas e complementares de formação: uma primeira parte teórico-prática a que se segue um estágio curricular.
4. Só avança para estágio curricular o candidato que termine com sucesso a parte teórico-prática e se classifique em lugar que o inclua entre o número de vagas regulamentares.
5. A classificação final do estágio traduz-se na atribuição de uma classificação final ordenada em escala de 0 a 100% a que corresponde resultado final de APTO ou NÃO APTO. Considera-se aprovado no curso o candidato que conclua com sucesso o estágio curricular respetivo, conforme Regulamento aprovado pelo CA.
6. Considera-se promovido o árbitro que após conclusão com aproveitamento do curso se classifique em lugar que o inclua no número estabelecido no Regulamento de Arbitragem para cada categoria.
7. A não conclusão dos estágios curriculares no decurso de uma época desportiva, implica o reinício do curso respetivo.
8. Cabe ao Conselho de Arbitragem da FPF em colaboração com a Academia de Arbitragem definir os módulos e as matérias a lecionar, de modo a que a arbitragem possa ser desempenhada de modo uniforme, competente e responsável.
9. Nos cursos de Formação Inicial Nível 1 é permitido que um árbitro realize a parte teórico-prática numa Associação e o estágio curricular numa Associação distinta.
10. Em casos devidamente justificados, nomeadamente resultantes do início tardio do curso, é permitido que, nos cursos de Formação Inicial Nível 1, o árbitro conclua a parte teórico-prática numa época e realize estágio curricular na época imediatamente seguinte.

33º

CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

1. É admitido ao curso de Formação Inicial Nível 1 o(a) candidato(a) que preencha os seguintes requisitos:
 - a. Seja nacional de um país comunitário ou beneficie do estatuto de dupla nacionalidade;
 - b. Tenha idade de integração na categoria CJ, seja menor emancipado ou maior até à idade máxima de 32 (trinta e dois) anos;
 - c. Resida, estude ou tenha atividade profissional na área do distrito do Conselho de Arbitragem da Associação de candidatura;
 - d. Não sofra de incapacidade civil, interdição ou inabilitação;
 - e. Não tenha sido condenado a pena de prisão efetiva, por sentença com trânsito em julgado;
 - f. Não tenha sofrido sanção disciplinar, em qualquer modalidade desportiva, com pena igual ou superior a noventa dias de suspensão;

- g. Não seja portador de doença ou defeito físico incompatível com a prática da arbitragem;
 - h. Tenha o mínimo de 1,65 m de altura, salvo tratando-se de candidato (a) à categoria CJ;
 - i. Tenha o 12º ano de escolaridade como habilitação literária mínima ou equivalente ou, sendo candidato(a) à categoria CJ, habilitação literária mínima correspondente à sua idade;
 - j. Não se encontre numa situação de incompatibilidade nos termos do artigo 8º do presente regulamento.
2. Os Conselhos de Arbitragem das Associações podem admitir a inscrição de candidato(a) que:
- a. Tenha sido praticante de futebol ou futsal e disputado campeonatos oficiais de seniores;
 - b. Possua, pelo menos, o nono ano do ensino básico e comprove conhecimento equivalente à habilitação estabelecida na alínea i) do número anterior.
 - c. O pedido de inscrição é apresentado ao Conselho de Arbitragem da Associação da área do distrito ou região do seu domicílio, estudo ou atividade profissional, com a indicação dos elementos considerados indispensáveis para a mesma.
 - d. O(a) requerente que reúna os requisitos dos números anteriores é submetido(a) a exame médico, sendo o custo suportado pela Associação na qual se pretende filiar.
 - e. Quando a candidatura seja aprovada, deve o(a) candidato(a) apresentar os seguintes documentos:
 - i. Certificado de habilitações literárias;
 - ii. Certificado de Registo Criminal;
 - iii. Bilhete de identidade, cartão de cidadão, passaporte ou certidão de registo de nascimento;
 - iv. Cartão de contribuinte, quando não for apresentado o cartão de cidadão.
3. Para além dos demais requisitos regulamentares, só pode ser admitido ao Curso de Formação Avançada Nível 2 e Formação de Elite Nível 3 de futebol e futsal o(a) candidato(a) que comprove ter concluído o 12º ano de escolaridade.

34º

CURSOS DE OBSERVADORES

- 1. O curso de Formação Inicial para observador de categoria Observador Distrital é organizado pelos Conselhos de Arbitragem das Associações sob a orientação e supervisão da Academia de Arbitragem.
- 2. O curso de Formação Avançada para observador de categoria Observador Nacional é organizado pela Secção de Classificações através da Academia de Arbitragem.
- 3. Cabe ao Conselho de Arbitragem da FPF em colaboração com a Academia de Arbitragem definir os módulos e as matérias a lecionar, de modo a que a avaliação possa ser desempenhada de modo uniforme, competente e responsável.

35º

SEMINÁRIOS

Os seminários específicos de árbitro assistente especialista, de futebol feminino e futebol de praia são realizados pelo Conselho de Arbitragem com a colaboração da Academia de Arbitragem.

SUBTÍTULO I

CURSOS DE FORMAÇÃO EM FUTEBOL

36º

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL NÍVEL 1

1. A fase teórico-prática do curso de Formação Inicial Nível 1 tem a duração de 40 (quarenta) horas e o estágio curricular a duração de 100 (cem) horas durante as quais o(a) estagiário(a) realiza, pelo menos, 15 (quinze) jogos como árbitro(a) ou árbitro(a) assistente das competições distritais seniores da divisão inferior ou das competições juniores.
2. O aproveitamento na fase teórico-prática é condição de admissão para o estágio curricular inicial ECI1.

37º

CURSO DE FORMAÇÃO AVANÇADA NÍVEL 2

1. São admitidos à fase teórico-prática do Curso de Formação Avançada Nível 2 de futebol, 66 (sessenta e seis) candidatos, detentores da categoria C3 há, pelo menos, 1 (uma) época desportiva.
2. Os candidatos são indicados pelas Associações (3 de cada Associação), nos termos dos seus regulamentos, sendo que nenhum pode ter mais de 33 anos, 1 (um) deve ter idade inferior a 28 anos e 1 (um) deve ter idade inferior a 26 anos, à data de 30 de junho da época da indicação.
3. A fase teórico-prática tem a duração de 50 (cinquenta) horas e o estágio curricular a duração de 150 (cento e cinquenta) horas durante as quais o(a) estagiário(a) realiza, pelo menos, 15 (quinze) jogos no Campeonato Nacional de Seniores e nos campeonatos nacionais de juniores
4. São admitidos ao estágio curricular avançado nível 2 (ECA2) os 60 (sessenta) melhor classificados da fase teórico-prática.
5. Na eventualidade de o número de formandos aprovados na fase teórico-prática ser inferior ao número de vagas a preencher no estágio curricular avançado nível 2 (ECA2), as mesmas serão preenchidas com os estagiários não promovidos e melhor classificados da época anterior que continuem a reunir os pré-requisitos estabelecidos.
6. No final do estágio curricular avançado nível 2 (ECA2) – acesso à C2 – pelo menos 50% dos promovidos deve ter idade inferior a 27 anos.

38º

CURSO DE FORMAÇÃO DE ELITE NÍVEL 3

1. São admitidos à fase teórico-prática do Curso de Formação de Elite Nível 3 os 15 (quinze) árbitros que, na segunda época desportiva ou seguintes, na categoria C2 tenham obtido a melhor classificação, sendo que pelo menos 50% tem que ter idade inferior a 27 anos e nenhum pode ter idade superior a 35 (trinta e cinco) anos à data de 30 de Junho do ano civil de realização da fase teórico-prática.
2. São ainda admitidos à fase teórico-prática do Curso de Formação de Elite Nível 3, na primeira época desportiva na categoria C2, os árbitros com média superior a 16 valores no curso de formação avançada nível 2 se forem classificados nos 12 (doze) primeiros lugares.
3. Na eventualidade de o número de formandos aprovados na fase teórico-prática ser inferior ao número de vagas a preencher no estágio curricular de elite nível 3 (ECA3), as mesmas serão preenchidas com os estagiários não promovidos e melhor classificados da época anterior que continuem a reunir os pré-requisitos estabelecidos.
4. A fase teórico-prática tem a duração de 60 (sessenta) horas e o estágio curricular a duração de 460 (quatrocentas e sessenta) horas durante as quais o estagiário realiza, pelo menos, pelo menos 20 (vinte) jogos nas competições organizadas pela LPFP e pela FPF.

5. São admitidos ao estágio curricular elite nível 3 (ECE3) os 12 (doze) melhor classificados da fase teórico-prática, sendo que pelo menos 50% tem que ter idade inferior a 27 anos à data de 30 de junho do ano civil de realização da fase teórico prática.
6. No final do estágio curricular elite nível 3 (ECE3) – categoria C2 Elite para acesso à categoria C1 – pelo menos 50% dos promovidos deve ter idade inferior a 28 anos à data de 30 de junho do ano civil de conclusão do estágio.

Subtítulo II

CURSOS DE FORMAÇÃO EM FUTSAL

39º

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL NÍVEL 1

1. A fase teórico-prática do curso de Formação Inicial Nível 1 de futsal tem a duração de 40 (quarenta) horas e o estágio curricular a duração de 60 (sessenta) horas durante as quais o(a) estagiário(a) realiza, pelo menos, 10 (dez) jogos como primeiro ou segundo árbitro(a) das competições distritais.
2. O aproveitamento na fase teórico-prática é condição de admissão para o estágio curricular inicial ECI1.

40º

CURSO DE FORMAÇÃO AVANÇADA NÍVEL 2

1. São admitidos à fase teórico-prática do Curso de Formação Avançada Nível 2 de futsal 44 (quarenta e quatro) candidatos, detentores da categoria C3 há, pelo menos, 1 (uma) época desportiva.
2. Os candidatos são indicados pelas Associações (2 de cada Associação), nos termos dos seus regulamentos, sendo que nenhum pode ter mais de 33 anos e 1 (um) de cada associação deve ter idade inferior a 26 anos, à data de 30 de junho da época da indicação.
3. Adicionalmente, cada Associação indicará 1 (um) candidato suplente com idade inferior a 28 anos, à data de 30 de junho da época da indicação para ocupação de eventuais vagas que venham a surgir por falta de indicação de todos os candidatos referidos no número 2, sendo as vagas ocupadas por ordem crescente de idade dos candidatos suplentes.
4. A fase teórico-prática tem a duração de 50 (cinquenta) horas e o estágio curricular a duração de 100 (cem) horas durante as quais o estagiário realiza, pelo menos, 10 (dez) jogos como primeiro ou segundo árbitro em qualquer das competições de futsal organizadas pela FPF para que seja nomeado.
5. São admitidos ao estágio curricular avançado nível 2 (ECA2) os 22 (vinte e dois) melhor classificados da fase teórico-prática.
6. No final do estágio curricular avançado nível 2 (ECA2) pelo menos 50% dos promovidos deve ter idade inferior a 26 anos à data de 30 de junho do ano civil de conclusão do estágio.
7. Na eventualidade de existirem vagas no quadro C2, serão adicionalmente admitidos ao estágio curricular avançado nível 2 (ECA2) tantos estagiários quanto o número de vagas daquele quadro, selecionados por ordem crescente de classificação na fase teórico-prática, sendo que, pelo menos metade das vagas serão preenchidas por estagiários com idade inferior a 26 anos à data de 30 de junho da época da indicação.
8. Na eventualidade de o número de formandos aprovados na fase teórico-prática ser inferior ao número de vagas a preencher no estágio curricular avançado nível 2 (ECA2), as mesmas serão preenchidas com os estagiários não promovidos e melhor classificados da época anterior que continuem a reunir os pré-requisitos estabelecidos.

41º

CURSO DE FORMAÇÃO DE ELITE NÍVEL 3

1. São admitidos à fase teórico-prática do Curso de Elite Nível 3 de futsal os 12 (doze) árbitros que, na segunda época desportiva ou seguintes, na categoria C2, tenham obtido a melhor classificação, sendo que pelo menos 50% tem que ter idade inferior a 27 anos e nenhum pode ter idade superior a 39 (trinta e nove) anos à data de 30 de Junho do ano civil de realização da fase teórico prática.
2. São ainda admitidos à fase teórico-prática do Curso de Formação de Elite Nível 3, na primeira época desportiva na categoria C2, os árbitros que tiverem sido classificados nos 3 (três) primeiros lugares da categoria C2 e os árbitros com média superior a 16 valores no curso de formação avançada nível 2 se tiverem sido classificados nos 12 (doze) primeiros lugares da categoria C2.
3. A fase teórico-prática tem a duração de 60 (sessenta) horas e o estágio curricular a duração de 200 (duzentas) horas durante as quais o estagiário realiza, pelo menos, 4 (quatro) jogos no Campeonato Nacional da 1ª Divisão e 10 (dez) jogos nas restantes competições de Futsal organizadas pela FPF.
4. São admitidos ao estágio curricular elite nível 3 (ECE3) os 7 (sete) melhor classificados da fase teórico prática, sendo que pelo menos 50% deve ter idade inferior a 27 anos à data de 30 de junho do ano civil de realização da fase teórico prática.
5. No final do estágio curricular elite nível 3 (ECE3) – categoria C2 Elite para acesso à categoria C1 – pelo menos 50% dos promovidos deve ter idade inferior a 28 anos à data de 30 de junho do ano civil de conclusão do estágio.

SUBTÍTULO III**CURSOS DE OBSERVADORES**

42º

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL OBSERVADOR DISTRITAL

1. O Curso de Formação Inicial para Observador Distrital é constituído de uma fase teórico-prática de 15 (quinze) horas.
2. Pode frequentar o Curso de Formação Inicial para Observador Distrital o árbitro, ex-árbitro na época em que termina funções ou na seguinte, membro da Comissão de Apreciação de Reclamações e dirigente de Conselho de Arbitragem que preencha os seguintes requisitos:
 - a. Tenha idade inferior a 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
 - b. Tenha exercido as respetivas funções durante, pelo menos, 5 (cinco) anos;
 - c. Não tenha sido condenado a pena de prisão efetiva, por sentença com trânsito em julgado.
 - d. Não lhe tenha sido aplicada, em qualquer modalidade desportiva, sanção disciplinar com suspensão superior a 90 (noventa) dias;
 - e. Não se encontre numa situação de incompatibilidade, nos termos do artigo 22º do presente regulamento.

43º

CURSO DE FORMAÇÃO AVANÇADA OBSERVADOR NACIONAL

1. O curso de Formação Avançada para observador Nacional de futebol e de futsal é constituído por uma fase teórico-prática de 15 (quinze) horas.

2. Compete a cada Associação a indicação de 1 (um) observador Distrital para frequência no Curso de Formação Avançada para Observador Nacional.
3. Pode candidatar-se ao Curso de Formação Avançada Observador Nacional, o árbitro jubilado na categoria C1 ou AAC1 nas cinco últimas épocas desportivas, com um mínimo de 10 épocas na categoria respetiva.
4. Só pode frequentar o Curso de Formação Avançada Observador Nacional quem tenha exercido a função de árbitro ou árbitro assistente.
5. Os candidatos referidos no n.º 3, sem prejuízo das incompatibilidades previstas neste regulamento, integram o quadro de Observador Nacional, não se lhes aplicando os limites estabelecidos nos artigos 78º e 79º, enquanto permanecerem nesta categoria.

SUBTÍTULO IV

SEMINÁRIOS ESPECÍFICOS

44º

SEMINÁRIOS

1. Pode frequentar o Seminário Específico de Futebol Feminino a melhor classificada da categoria C3 em cada Associação, que tenha mantido essa categoria na última época desportiva.
2. Pode frequentar o Seminário Específico de Futebol de Praia o árbitro de futebol com a categoria C2 e de futsal com a categoria C1 ou C2, até ao preenchimento das vagas existentes em cada época que serão anualmente definidas pelo Conselho de Arbitragem. As candidaturas são apresentadas diretamente pelos interessados junto do Conselho de Arbitragem da FPF nos prazos definidos.
3. Pode frequentar o Seminário Específico de Árbitro Assistente Especialista o árbitro que preencha cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a. Tenha entre 28 e 36 anos de idade, à data de 1 de julho da época para que se candidata;
 - b. Tenha exercido a atividade de árbitro durante 8 (oito) épocas desportivas, sendo 3 (três) na categoria C1 ou C2 ou integrado na equipa de arbitragem de um árbitro C1 ou C2.

TÍTULO II

CATEGORIAS

45º

DOS ÁRBITROS

1. O árbitro de futebol integra as categorias CJ, C6, C5, C4, C3 ou C3 Avançado no âmbito das competições distritais, a categoria C2 ou C2 Elite no âmbito das competições nacionais e a categoria C1 no âmbito das competições profissionais.
2. O árbitro assistente especialista integra a categoria AA C1.
3. A árbitra de futebol integra as categorias C6, C5, C4 ou C3 no âmbito das competições distritais e CF no âmbito das competições nacionais.
4. O árbitro de futsal integra as categorias CJ, C6, C5, C4, C3 ou C3 Avançado no âmbito das competições distritais e as categorias C2, C2 Elite ou C1 no âmbito das competições nacionais.

5. O árbitro de futebol de praia integra a categoria C2 no âmbito das competições distritais e a categoria C1 no âmbito das competições nacionais.

46º

DOS OBSERVADORES

1. O observador integra a categoria Observador Distrital no âmbito das competições distritais e a categoria Observador Nacional no âmbito das competições nacionais.
2. O observador em futebol de praia integra a categoria Observador Nacional no âmbito de quaisquer competições.

47º

CATEGORIA CJ

1. A categoria CJ é atribuída ao árbitro e ao candidato que se encontre a frequentar o estágio curricular inicial nível 1 (ECI1), quando tenham idade inferior a 18 anos.
2. A categoria CJ é subdividida em CJ1 para o candidato que tiver entre os 14 e os 15 anos de idade e CJ2 para o candidato com idade compreendida entre os 16 e os 17 anos de idade.
3. O árbitro de futebol da categoria CJ1 ou CJ2 que tiver arbitrado durante 2 (duas) ou mais épocas nestas categorias e participado em, pelo menos, 10 (dez) jogos na qualidade de árbitro de escalões de juniores e 20 (vinte) jogos na qualidade de árbitro assistente nas competições distritais seniores adquire a categoria C6 ao atingir os 18 anos de idade.
4. O árbitro de futsal de categoria CJ1 ou CJ2 que tiver arbitrado durante 2 (duas) ou mais épocas estas categorias e participado em, pelo menos, 30 (trinta) jogos na qualidade de primeiro ou segundo árbitro de escalões de juniores adquire a categoria C6 ao atingir os 18 anos de idade.
5. Os árbitros desta categoria apenas podem atuar, enquanto árbitro, em escalões etários correspondentes a idade inferior à sua.
6. É permitido aos árbitros da categoria CJ acumular com a atividade de jogador.

48º

CATEGORIA C6

1. O candidato a frequentar o Estágio Curricular Inicial Nível 1 tem a designação de Estagiário Nível 1 (EC1).
2. A categoria C6 é atribuída na primeira época desportiva nessa categoria ao candidato(a) que tenha obtido nota positiva no estágio curricular dos Cursos de Formação Inicial Nível 1 e idade igual ou superior a 18 anos.
3. A categoria C6 habilita o seu titular a participar em competições distritais com exceção da divisão sénior masculino mais elevada.

49º

CATEGORIA C5

1. A categoria C5 é conferida ao árbitro que, tendo pelo menos uma época na categoria C6, preencha os requisitos de promoção à categoria superior.
2. A categoria C5 habilita o seu titular a participar em competições distritais.

50º

CATEGORIA C4

1. A categoria C4 é conferida ao árbitro que, tendo pelo menos uma época na categoria C5, preencha os requisitos de promoção à categoria superior.
2. A categoria C4 habilita o seu titular a participar em competições distritais.

51º

CATEGORIA C3

1. A categoria C3 é conferida ao árbitro que, tendo pelo menos uma época na categoria C4, preencha os requisitos de promoção à categoria superior.
2. A categoria C3 habilita o seu titular a participar em competições distritais, devendo obrigatoriamente participar nas competições de seniores da divisão mais alta.

52º

CATEGORIA C3 AVANÇADO

1. A categoria C3 Avançado é atribuída aos árbitros admitidos ao estágio curricular avançado nível 2 (ECA2).
2. Habilita o seu titular a participar nas competições previstas para os árbitros de categoria C2.
3. Os árbitros não promovidos à categoria C2 regressam à categoria C3.
4. Para o futebol, mantêm-se adicionalmente nesta categoria os melhores classificados que continuem a satisfazer as condições para integrar o estágio curricular avançado nível 2 (ECA2), até se atingirem 70 (setenta) árbitros nesta categoria.

53º

CATEGORIA CF

1. A categoria CF é atribuída às árbitras que obtenham aprovação no seminário específico de futebol feminino até ao limite de vagas definido.
2. Integram ainda a categoria CF as árbitras pertencentes às categorias C1 e C2 de futebol.
3. As árbitras referidas no número anterior não são classificadas no quadro CF.
4. O quadro da categoria feminina é constituído até um máximo de 40 (quarenta) árbitras, cabendo ao Conselho de Arbitragem reajustá-lo às necessidades do quadro competitivo.
5. Podem candidatar-se ao seminário específico de futebol feminino as árbitras de categoria C3, com mais de 1,60 de altura e com um número mínimo de 8 (oito) jogos de seniores masculinos dirigidos.
6. A árbitra das categorias C3 a C6 pode acumular a sua função com a atividade de jogadora, cabendo às Associações essa gestão.
7. A árbitra de C3, independentemente de pertencer à categoria CF pode, concomitantemente, através da sua Associação, concorrer à categoria C2.
8. As árbitras despromovidas da categoria C2 mantêm-se, na época imediatamente seguinte, na categoria CF, sendo aí classificadas.
9. A categoria CF habilita a sua titular a arbitrar os jogos das competições organizadas pelas Associações, do Campeonato Nacional de Futebol Feminino, Campeonato de Promoção de Futebol Feminino, Taça de Promoção, Taça de Portugal Feminina e Campeonato Nacional de Juniores.
10. As árbitras de categoria CF podem ainda arbitrar o Campeonato Nacional de Seniores masculino e Taça de Portugal.

54º

CATEGORIA C2

1. A Categoria C2 é atribuída aos árbitros:
 - a. Que tenham obtido classificação que lhes permita a manutenção na categoria;
 - b. Que tenham sido despromovidos da categoria C1;
 - c. Da categoria C2 Elite que não tenham sido promovidos à categoria C1;
 - d. Que tenham sido promovidos da categoria C3 Avançado.
2. A categoria C2 habilita o seu titular a participar em:
 - a. Para o futebol, como árbitro: Todas as competições com exceção das Competições Profissionais e da Taça de Portugal quando pelo menos um dos clubes intervenientes pertencer às Competições Profissionais;
 - b. Para o futsal: Todas as competições com exceção do Campeonato Nacional da 1ª Divisão e da Taça de Portugal quando pelo menos um dos clubes intervenientes pertencer ao Campeonato Nacional da 1ª Divisão;
 - c. Para o futebol de praia: Competições distritais.

55º

CATEGORIA C2 ELITE

1. A categoria C2 Elite é atribuída aos árbitros admitidos ao estágio curricular de elite nível 3 (ECE3).
2. Habilita o seu titular a participar nas competições previstas para os árbitros de categoria C1.
3. Os árbitros não promovidos à categoria C1 regressam à categoria C2.

56º

CATEGORIA C1 EM FUTEBOL

1. O árbitro de categoria C1 pode adquirir o estatuto de árbitro profissional.
2. Aos árbitros da categoria C1 que tenham o estatuto de árbitro profissional pode aplicar-se, adicionalmente, regulamentação própria.
3. A Categoria C1 é atribuída aos árbitros:
 - a. Que tenham obtido classificação que lhes permita a manutenção na categoria;
 - b. 3 (três) primeiros classificados na categoria C2 Elite que satisfaçam os limites de idades definidos no presente regulamento.
4. A Categoria C1 habilita o seu titular a arbitrar todas as competições de futebol.
5. O árbitro de categoria C1 pode adquirir o estatuto de árbitro internacional.

57º

CATEGORIA C1 EM FUTSAL

1. A categoria C1 é atribuída aos 20 (vinte) árbitros melhores classificados da categoria C1 na época anterior e ainda aos árbitros classificados nos 3 (três) primeiros lugares na categoria C2 Elite de futsal que satisfaçam os limites de idade definidos no presente regulamento.
2. A categoria C1 habilita o seu titular a arbitrar todas as competições de futsal.
3. Os árbitros de categoria C1 podem adquirir o estatuto de árbitro internacional.

58º

CATEGORIA C1 EM FUTEBOL DE PRAIA

1. A categoria C1 é atribuída aos árbitros que cumpram cumulativamente as seguintes condições:
 - a. Terem efetuado um mínimo de 4 (quatro) jogos nas competições nacionais de futebol de praia na época imediatamente anterior;
 - b. Frequentem a ação de atualização de futebol de praia na época em causa e cumpram os mínimos estabelecidos nos testes.
2. A categoria C1 é ainda atribuída aos árbitros que obtenham aproveitamento no seminário específico de futebol de praia na época em causa.
3. A categoria C1 habilita o seu titular a arbitrar todas as competições de futebol de praia.
4. Os árbitros de categoria C1 podem adquirir o estatuto de árbitro internacional.

59º

CATEGORIA AAC1

1. Aos árbitros assistentes especialistas é conferida a categoria AAC1.
2. A categoria AAC1 é também atribuída aos árbitros assistentes especialistas que obtenham aprovação no seminário específico até ao limite de vagas definido no presente Regulamento;
3. A categoria AAC1 habilita o seu titular a participar em jogos das competições organizadas pela FPF ou LPFP e a atividade de árbitro ou assistente em qualquer jogo de âmbito distrital ou regional.

60º

ÁRBITRO INTERNACIONAL

1. Adquire o estatuto de internacional o árbitro que integre a lista de árbitros designados pela FIFA.
2. Compete ao Conselho de Arbitragem propor à Direção a lista de candidatos a árbitro internacional.
3. Pode ser indicado como candidato a árbitro internacional o árbitro da categoria C1 que, além de cumprir os requisitos estabelecidos pela FIFA, preencha cumulativamente os seguintes:
 - a. Tenha idade mínima de 25 e máxima de 36 anos em 30 de junho do ano civil da apresentação da proposta de indicação;
 - b. Comprove conhecimento da língua inglesa, nos termos definidos pelo Conselho de Arbitragem.
4. Pode ser indicada como candidata a árbitra internacional feminina a árbitra da categoria CF que, além de cumprir os requisitos estabelecidos pela FIFA, preencha cumulativamente os seguintes:
 - a. Tenha idade mínima de 25 e máxima de 34 anos em 30 de junho do ano civil da apresentação da proposta de indicação;
 - b. Comprove conhecimento da língua inglesa, nos termos definidos pelo Conselho de Arbitragem.
5. Pode ser indicada como candidata a árbitra internacional feminino de futsal a árbitra de categoria nacional mais elevada que, além de cumprir os requisitos estabelecidos pela FIFA, preencha cumulativamente os seguintes:
 - a. Tenha idade mínima de 25 e máxima de 34 anos em 30 de junho do ano civil da apresentação da proposta de indicação;
 - b. Comprove conhecimento da língua inglesa, nos termos definidos pelo Conselho de Arbitragem.

6. O Conselho de Arbitragem tem em consideração o mérito, a experiência, o potencial, a personalidade e a participação em cursos nacionais e internacionais.
7. A lista referida no número dois integra 10 (dez) candidatos no caso do futebol masculino e 4 (quatro) candidatos nos restantes casos.
8. O Conselho de Arbitragem renova a indicação do candidato a árbitro internacional de futebol masculino sempre que:
 - a. O mesmo tenha obtido classificação nacional em 2 (duas) épocas consecutivas até ao décimo segundo lugar da categoria C1;
 - b. Se encontre no grupo de elite da UEFA.
9. O Conselho de Arbitragem renova a indicação do candidato a árbitro internacional de futsal masculino sempre que:
 - a. O mesmo tenha obtido, em 2 (duas) épocas consecutivas, classificação nacional até ao oitavo lugar da categoria C1;
 - b. Se encontre no grupo de elite da UEFA.
10. O Conselho de Arbitragem pode não renovar o estatuto de árbitro internacional se, mesmo reunindo as condições mencionadas na alínea a) do número 8 ou do número 9, não suba de escalão na UEFA nos três anos civis seguintes à sua indicação.
11. A inclusão de um árbitro na lista de candidatos a árbitro internacional a propor à Direção da FPF pressupõe a aprovação em teste físico definido pelo Conselho de Arbitragem, a realizar até 15 (quinze) dias antes da data limite de indicação à Direção.

61º

ÁRBITRO ASSISTENTE INTERNACIONAL

1. Adquire o estatuto de árbitro assistente internacional o árbitro assistente especialista que, por proposta do Conselho de Arbitragem, integre a lista de árbitros designados pela FIFA.
2. Compete ao Conselho de Arbitragem propor à Direção a lista de candidatos a árbitro assistente internacional.
3. Pode ser indicado como candidato às vagas internacionais o árbitro assistente da categoria AAC1 que, além de cumprir os requisitos estabelecidos pela FIFA, preencha cumulativamente os seguintes:
 - a. Pertença à categoria AAC1 nas 3 (três) últimas épocas desportivas;
 - b. Tenha idade mínima de 31 anos e máxima de 38 anos em 30 de junho do ano civil da apresentação da proposta de indicação;
 - c. Comprove conhecimento da língua inglesa nos termos definidos pelo Conselho de Arbitragem;
 - d. Para além dos critérios acima enunciados na atribuição da categoria, o Conselho de Arbitragem tem ainda em consideração o mérito, a experiência, o potencial, a personalidade e a participação em cursos nacionais e internacionais.
4. A lista referida no número dois integra 10 (dez) candidatos.
5. No caso da inexistência de candidatos para a totalidade dos lugares a indicar que preencham os requisitos do número 3, compete ao Conselho de Arbitragem deliberar sobre os candidatos a indicar.
6. O Conselho de Arbitragem pode não renovar a indicação do candidato a árbitro assistente internacional de futebol masculino, sempre que:
 - a. O mesmo não tenha obtido classificação nacional em 2 (duas) épocas consecutivas até ao décimo quinto lugar da categoria AAC1;

- b. Registe prestações negativas em competições internacionais.
- 7. Adquire o estatuto de árbitra assistente internacional a árbitra que, pertencendo à categoria CF e proposta pelo Conselho de Arbitragem, integre a lista de árbitras assistentes designadas pela FIFA.
- 8. Pode ser candidata às vagas internacionais a árbitra assistente internacional que, além de cumprir os requisitos estabelecidos pela FIFA, preencha cumulativamente os seguintes:
 - a. Seja árbitra há mais de 6 (seis) anos;
 - b. Pertença à categoria CF nas últimas 3 (três) épocas consecutivas ou 5 (cinco) épocas alternadas;
 - c. Tenha idade inferior a 36 anos em 30 de junho do ano da indicação;
 - d. Comprove conhecimento da língua inglesa, nos termos definidos pelo Conselho de Arbitragem.
- 9. O Conselho de Arbitragem pode não renovar a indicação da candidata a árbitra assistente internacional de futebol feminino, sempre que:
 - a. A mesma não tenha obtido classificação nacional em 2 (duas) épocas consecutivas até ao décimo quinto lugar da categoria CF;
 - b. Registe prestações negativas em competições internacionais.

62º

CATEGORIAS DE OBSERVADORES

- 1. É atribuída a categoria Observador Distrital a quem tenha obtido aproveitamento no curso de Formação Inicial para Observador Distrital.
- 2. É atribuída a categoria Observador Nacional aos 10 (dez) melhores classificados no curso de Formação Avançada para observadores Observador Nacional para o futebol e também aos AC1 e AAC1 jubilados com um mínimo de 10 épocas na categoria e que tenham obtido aproveitamento no Curso de Formação Avançada Observador Nacional.
- 3. É atribuída a categoria Observador Nacional aos 4 (quatro) melhores classificados no curso de Formação Avançada para observadores Observador Nacional para o futsal.

CAPÍTULO IV EXERCÍCIO

TÍTULO I QUADROS

63º

QUADRO C6 EM FUTEBOL E FUTSAL

- 1. O quadro C6 é de âmbito distrital.
- 2. O número de árbitros no quadro C6 não tem limite.
- 3. Os árbitros de categoria C6 são promovidos à categoria C5 nos termos do Regulamento de Arbitragem da Associação em que se encontrem filiados.

64º

QUADRO C5 EM FUTEBOL E FUTSAL

1. O quadro C5 é de âmbito distrital.
2. Compete a cada Associação a determinação do número de árbitros no quadro C5.
3. Os árbitros de categoria C5 podem ser promovidos à categoria C4 e despromovidos à categoria C6 nos termos do Regulamento de Arbitragem da Associação em que se encontrem filiados.

65º

QUADRO C4 EM FUTEBOL E FUTSAL

1. O quadro C4 é de âmbito distrital.
2. Compete a cada Associação a determinação do número de árbitros no quadro C4.
3. Os árbitros de categoria C4 podem ser promovidos à categoria C3 e despromovidos à categoria C5 nos termos do Regulamento de Arbitragem da Associação em que se encontrem filiados.

66º

QUADRO C3 EM FUTEBOL E FUTSAL

1. O quadro C3 é de âmbito distrital.
2. Compete a cada Associação a determinação do número de árbitros no quadro C3.
3. Os árbitros da categoria C3 Avançado pertencem ao quadro C3 da Associação em que estão filiados.
4. Os árbitros de categoria C3 podem ser promovidos à categoria C3 Avançado e despromovidos à categoria C4 nos termos do Regulamento de Arbitragem da Associação em que se encontrem filiados e nos termos do presente regulamento.

67º

QUADRO C2 EM FUTEBOL

1. O quadro C2 é de âmbito nacional.
2. O quadro C2 é composto por 82 (oitenta e dois) árbitros, sendo:
 - a. 12 (doze) da categoria C2 Elite;
 - b. 48 (quarenta e oito) por manutenção da sua categoria;
 - c. 10 (dez) por promoção da categoria C3 Avançado;
 - d. 9 (nove) por não promoção à categoria C1;
 - e. 3 (três) por despromoção da categoria C1.
3. São promovidos à categoria C1 os 3 (três) melhores classificados da categoria C2 Elite.
4. A categoria C2 é atribuída aos 10 (dez) árbitros melhor classificados da categoria C3 Avançado, sendo que pelo menos 50% deverão ter idade inferior a 27 anos, a 30 de junho do ano da promoção.
5. São despromovidos à categoria C3 os últimos 10 (dez) classificados da categoria C2, nestes se incluindo os que venham a ser despromovidos por insuficiência de elementos classificativos.
6. É igualmente despromovido o árbitro C2 na terceira época em que não se classifique até ao 50º (quinquagésimo) lugar da classificação na categoria C2.

68º

QUADRO C2 EM FUTSAL

1. O quadro C2 é de âmbito nacional.
2. O quadro C2 é composto por 128 (cento e vinte e oito) árbitros, sendo:
 - a. 7 (sete) da categoria C2 Elite;
 - b. 102 (cento e dois) por manutenção da sua categoria;
 - c. 4 (quatro) por não promoção à categoria C1;
 - d. 12 (doze) por promoção da categoria C3 Avançado;
 - e. 3 (três) por despromoção da categoria C1;
3. São promovidos à categoria C1 os 3 (três) melhores classificados da categoria C2 Elite que satisfaçam os limites de idade definidos no presente regulamento.
4. A categoria C2 é atribuída aos 12 (doze) árbitros melhores classificados na categoria C3 Avançado, sendo que pelo menos 50% deverão ter idade inferior a 27 anos, a 30 de junho do ano da promoção.
5. São despromovidos à categoria C3 os últimos 12 (doze) classificados da categoria C2, nestes se incluindo os que venham a ser despromovidos por insuficiência de elementos classificativos.
6. É igualmente despromovido o árbitro C2 na terceira época em que não se classifique até ao 90º (nonagésimo) lugar na categoria C2.

69º

QUADRO C2 EM FUTEBOL DE PRAIA

1. O quadro C2 é de âmbito distrital.
2. Compete a cada Associação a determinação do número de árbitros desta categoria e das respetivas condições de acesso.

70º

QUADRO C1 EM FUTEBOL E FUTSAL

1. O quadro C1 é de âmbito nacional.
2. O quadro C1, em futebol masculino, é composto por 24 (vinte e quatro) árbitros, sendo:
 - a. 21 (vinte e um) por manutenção da sua categoria;
 - b. 3 (três) por promoção da categoria C2 Elite.
3. O quadro C1, em futsal, é composto por 23 (vinte e três) árbitros, sendo:
 - a. 20 (vinte) por manutenção da sua categoria;
 - b. 3 (três) por promoção da categoria C2 Elite.
4. São anualmente despromovidos à categoria C2 os 3 (três) últimos classificados da categoria C1.
5. A categoria C1 é atribuída aos 3 (três) árbitros melhor classificados na categoria C2 Elite, sendo que pelo menos 50% dos promovidos deve ter idade inferior a 28 anos à data de 30 de junho do ano civil de conclusão do estágio.

71º

QUADRO C1 EM FUTEBOL DE PRAIA

1. O quadro C1 é de âmbito nacional.
2. O quadro C1 é composto por um máximo de 80 (oitenta) árbitros.

72º

QUADRO AAC1

1. O quadro de árbitros assistentes especialistas é integrado por 48 (quarenta e oito) árbitros assistentes.
2. A promoção à categoria AAC1 é conferida aos 4 (quatro) melhor classificados no seminário específico de árbitros assistentes especialistas.
3. São despromovidos à categoria C3 os últimos 4 (quatro) classificados.

73º

QUADRO CF

1. O quadro feminino é composto por até 40 (quarenta) árbitras da categoria CF.
2. A promoção à categoria CF é conferida às 3 (três) árbitras melhor classificadas no seminário específico para o futebol feminino.
3. São despromovidas à categoria C3 as últimas 3 (três) classificadas.

74º

QUADRO OBSERVADOR DISTRITAL

1. Em futebol e futsal, o quadro de observadores Observador Distrital é de âmbito distrital e é composto pelo número de observadores definido pelas Associações.
2. Os regulamentos associativos podem prever a constituição de diferentes grupos de observadores consoante o nível de exigência, bem como a obrigatoriedade de realização de exames formativos e seletivos.

75º

QUADRO OBSERVADOR NACIONAL DE FUTEBOL

1. O quadro de observadores Observador Nacional de Futebol é de âmbito nacional e é composto por até 110 (cento e dez) observadores.
2. Do quadro Observador Nacional são anualmente selecionados pela Secção de Classificações por até 40 (quarenta) observadores para exercício da sua atividade, preferencialmente, nas competições profissionais, nos termos dos critérios a aprovar anualmente pela Secção e a publicar até ao início daquelas competições.
3. Os observadores pertencentes ao quadro Observador Nacional não incluídos no número anterior desempenham as suas funções nas competições nacionais não profissionais.
4. São promovidos à categoria Observador Nacional 10 (dez) elementos por época desportiva, após aproveitamento no Curso de Formação Avançada para Observador Nacional e pela respetiva ordem de classificação, bem como os AC1 e AAC1 jubilados com um mínimo 10 épocas na categoria e que obtenham aproveitamento no Curso de Formação Avançada para Observador Nacional.
5. São despromovidos à categoria Observador Distrital os últimos 10 (dez) classificados da categoria Observador Nacional mencionados no número 3 do presente artigo.

6. O observador do quadro Observador Nacional pode colaborar com o conselho distrital, designadamente como observador distrital.
7. Podem ainda exercer a função de observador nas competições nacionais os membros do CA da FPF que sejam observadores dos quadros nacionais ou da UEFA, nos termos a aprovar em regulamento da secção de classificações, desde que não abrangidos pelo artigo 22º do presente regulamento, não contando os referidos elementos para os números referidos no artigo 78º.

76º

QUADRO OBSERVADOR NACIONAL DE FUTSAL

1. O quadro de observadores Observador Nacional de Futsal é de âmbito nacional e é composto por 40 (quarenta).
2. Do quadro Observador Nacional são anualmente selecionados pela Secção de Classificações até 20 (vinte) observadores para exercício da sua atividade, preferencialmente no Campeonato Nacional da 1ª Divisão, nos termos dos critérios a aprovar anualmente pela Secção e a publicar até ao início daquela competição.
3. Os observadores pertencentes ao quadro Observador Nacional não incluídos no número anterior desempenham as suas funções nas restantes competições nacionais.
4. São promovidos à categoria Observador Nacional 6 (seis) elementos por época desportiva, após aproveitamento no Curso de Formação Avançada para observadores Nível Observador Nacional e pela respetiva ordem de classificação.
5. São despromovidos à categoria Observador Distrital os últimos 6 (seis) classificados da categoria Observador Nacional mencionado no número 3 (três) do presente artigo.
6. Os observadores do quadro Observador Nacional podem colaborar com os Conselhos Distritais respetivos.
7. Podem ainda exercer a função de observador nas competições nacionais os membros do CA da FPF que sejam observadores dos quadros nacionais ou da UEFA, nos termos a aprovar em regulamento da secção de classificações, desde que não abrangidos pelo artigo 22º do presente regulamento, não contando os referidos elementos para os números referidos no artigo 78º.

77º

PREENCHIMENTO DE VAGAS

1. As vagas eventualmente existentes, qualquer que seja o motivo e sem prejuízo do nº. 4 do artigo 26º, serão preenchidas aquando da elaboração dos quadros, pelo(s) árbitro(s), árbitro(s) assistentes especialistas ou observador(es) melhor classificado(s), no estágio curricular que permite acesso ao quadro respetivo, que não tenha(m) sido promovido(s).
2. As vagas abertas pelos observadores que sejam destacados para outras funções ao serviço da arbitragem, impeditivas do exercício da função, são preenchidas, no início de cada época e por ordem de classificação, pelos observadores da respetiva associação que, tendo aproveitamento no respetivo curso de formação avançada, não tenham sido promovidos.
3. Após a cessação daquelas funções, os observadores terão direito a reintegrar o respetivo quadro no início da época seguinte, com a consequente despromoção de igual número de observadores da mesma associação, por ordem da respetiva classificação.

78º

COTAS POR ASSOCIAÇÃO EM FUTEBOL

1. Na categoria C1 o número máximo de árbitros pertencentes à mesma Associação é de 6 (seis).

2. Na categoria C2 o número máximo de árbitros pertencentes à mesma Associação é de 10 (dez).
3. Na categoria AAC1 o número máximo de árbitros assistentes pertencentes à mesma Associação é de 12 (doze).
4. Na categoria Observador Nacional o número máximo de observadores pertencentes à mesma Associação é de 10 (Dez), sendo que nas competições profissionais só poderão atuar até 4 (quatro).
5. Sempre que numa Associação seja atingido o número máximo de árbitros, árbitros assistentes ou observadores, aquando da promoção sobem os melhores classificados imediatamente a seguir de outra associação.
6. A associação de filiação do árbitro, árbitro assistente ou observador é a que se verificar nos serviços da FPF a 1 de Julho de cada época desportiva.

79º

COTAS POR ASSOCIAÇÃO EM FUTSAL

1. Na categoria C1 o número máximo de árbitros pertencentes à mesma Associação é de 6 (seis).
2. Na categoria C2 o número máximo de árbitros pertencentes à mesma Associação é de 20 (vinte).
3. Na categoria Observador Nacional de Futsal o número máximo de observadores pertencentes à mesma Associação é de 10 (Dez), sendo que no Campeonato Nacional da 1ª Divisão só poderão atuar até 5 (cinco).
4. Sempre que numa Associação seja atingido o número máximo de árbitros ou observadores, aquando da promoção sobem os melhores classificados imediatamente a seguir de outra associação.
5. A associação de filiação do árbitro ou observador é a que se verificar nos serviços da FPF a 1 de Julho de cada época desportiva.

80º

INDICAÇÃO À FIFA E UEFA

Pode ser proposto para integrar os painéis de observadores da UEFA e da FIFA, o observador ou formador que:

1. Integre o quadro de observadores Observador Nacional ou pertença à lista de formadores da Academia de Arbitragem;
2. Obtenha melhor classificação no Seminário organizado para o efeito pela Secção de Classificações em colaboração com a Academia de Arbitragem, e
3. Tenha desempenhado essas funções ao serviço do futebol profissional ou da categoria de topo do futsal durante, pelo menos, 2 épocas consecutivas ou tenha sido árbitro ou árbitro assistente internacional.

81º

LIMITES DE IDADE

1. O árbitro dos quadros nacionais de futebol pode ser promovido, até aos limites de idade a seguir identificados:
 - a. À categoria C1 até aos 36 (trinta e seis) anos de idade
 - b. À categoria C2 até aos 34 (trinta e quatro) anos de idade.
2. O árbitro dos quadros nacionais de futsal pode ser promovido, até aos limites de idade a seguir identificados:
 - a. À categoria C1 até aos 40 (quarenta) anos de idade;

- b. À categoria C2 até aos 34 (trinta e quatro) anos de idade.
- 3. O árbitro da categoria C2 e C1 e o árbitro assistente especialista AAC1 pode exercer a sua atividade até aos 45 (quarenta e cinco) anos de idade no futebol e até aos 48 (quarenta e oito) anos de idade no futsal e no futebol de praia.
- 4. O árbitro da categoria C6, C5, C4 e C3 pode exercer a sua atividade até ao limite definido pelo Regulamento de cada Associação.
- 5. O observador pode exercer a sua atividade até aos 70 (setenta) anos de idade.
- 6. Os Conselhos de Arbitragem das Associações podem autorizar os árbitros dos quadros distritais ou regionais a permanecer em atividade no âmbito distrital após a idade limite para exercício, desde que os interessados se encontrem em boas condições físicas para o efeito e demonstrem deter as capacidades técnicas necessárias.
- 7. Os limites de idade referidos são aferidos ao dia 30 de junho da época de promoção e não obstem à conclusão da época desportiva em curso, pelo seu titular.

TÍTULO II

CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPAS DE ARBITRAGEM

82º

COMPETIÇÕES DISTRITAIS DE FUTEBOL

- 1. As equipas de arbitragem das competições distritais de futebol de 11 são constituídas por 1 (um) árbitro e por 2 (dois) árbitros assistentes.
- 2. As competições distritais de futebol de 7 são dirigidas por 1 (um) árbitro.

83º

CAMPEONATO NACIONAL DE JUNIORES DE FUTEBOL

As equipas de arbitragem do Campeonato Nacional de Juniores são constituídas por um árbitro da categoria CF ou C2 ou C3 Avançado 2 e por 2 (dois) árbitros assistentes.

84º

COMPETIÇÕES FEMININAS DE FUTEBOL

As equipas de arbitragem do Campeonato Nacional de Futebol Feminino, Campeonato de Promoção de Futebol Feminino e Taça de Promoção são constituídas por um árbitro da categoria CF ou C2 ou C3 Avançado 2 e por 2 (dois) árbitros assistentes.

85º

CAMPEONATO NACIONAL DE SENIORES DE FUTEBOL

As equipas de arbitragem do Campeonato Nacional de Seniores são constituídas por 1 (um) árbitro de categoria C2, C3 Avançado ou CF Internacional e como árbitros assistentes 2 (dois) árbitros das categorias C3, C4, C5 ou C6 dos quadros das Associações.

86º

COMPETIÇÕES PROFISSIONAIS

1. As equipas de arbitragem onde intervenham equipas das competições organizadas pela LPFP, são constituídas por 1 (um) árbitro de categoria C1 ou C2 Elite, 2 (dois) árbitros assistentes e um quarto árbitro de categoria C1, AAC1, C2, C2 Elite ou C3 Avançado.
2. As equipas de arbitragem onde intervenham equipas das competições organizadas pela LPFP podem ainda incluir árbitros assistentes adicionais, que devem ter a categoria C1 ou C2 Elite.

87º

COMPETIÇÕES DE FUTSAL

1. As equipas de arbitragem que dirijam jogos que integrem equipas no Campeonato Nacional da 1ª Divisão são constituídas por 3 (três) árbitros da categoria C1 ou por 2 (dois) árbitros de categoria C1 e por 1 (um) de categoria C2 elite exercendo um deles, em cada jogo, as funções de 3º árbitro ou cronometrista. Sempre que necessário as funções de cronometrista podem ser exercidas por um árbitro C2 ou C3.
2. As equipas de arbitragem do Campeonato Nacional da 2ª Divisão são constituídas por 2 (dois) árbitros da categoria C2 (ou superior) ou por 1 (um) de categoria C2 (ou superior) e por 1 (um) de categoria C3 avançado e por um árbitro de qualquer categoria com exceção de C1 para exercer as funções de cronometrista.
3. As equipas de arbitragem das restantes competições nacionais são constituídas por 2 (dois) árbitros das categorias nacionais ou por 1 (um) árbitro das categorias nacionais e por 1 (um) árbitro de categoria C3 avançado e por um árbitro de categoria C3 ou C4 para exercer as funções de cronometrista.
4. O Conselho de Arbitragem pode nomear um árbitro de qualquer categoria para exercer as funções de terceiro árbitro, sempre que entenda necessário.
5. Em caso de inexistência de árbitros em número suficiente para arbitrar todos os jogos numa dada jornada, um dos árbitros da equipa pode ser de categoria imediatamente inferior à indicada.
6. A constituição das equipas de arbitragem deve ser indicada ao Conselho de Arbitragem da FPF, para aprovação, até final do mês de agosto de cada época, constando:
 - a. 3 (três) árbitros da categoria C1;
 - b. 2 (dois) árbitros da categoria C1 e um da categoria C2 elite;
 - c. 3 (três) árbitros da categoria C2;
 - d. 2 (dois) árbitros da categoria C2 e 1 (um) da categoria C3 avançado;
 - e. 2 (dois) árbitros da categoria C2 e 1 (um) da categoria C3 ou C4 para exercer as funções de cronometrista;
7. Existindo, em cada jornada, árbitros disponíveis de categoria C2 ou C3 avançado, estes poderão ser nomeados para exercer as funções de cronometrista, pelo que os árbitros C3 ou C4 apenas serão nomeados pelo CA FPF quando necessário.
8. Compete às Associações distritais a definição da constituição das equipas de arbitragem das competições distritais de futsal, sendo que nas competições seniores de categoria mais elevada devem integrar 2 (dois) árbitros e 1 (um) cronometrista.

88º

COMPETIÇÕES DE FUTEBOL DE PRAIA

As equipas de arbitragem das competições nacionais de futebol de praia são constituídas por 2 (dois) árbitros da categoria C1 e por um cronometrista de qualquer categoria, podendo ser nomeado um terceiro árbitro de categoria C1 sempre que necessário.

89º

PROTOCOLO ENTRE ASSOCIAÇÕES

As Associações podem celebrar protocolos entre si destinados a permitir que árbitros e observadores filiados na sua Associação intervenham em jogos de Associações congéneres, devendo a cópia do protocolo ser remetida aos serviços do departamento de arbitragem da FPF.

90º

PROTOCOLO COM FEDERAÇÕES ESTRANGEIRAS

Quando celebrado entre a Direção da FPF e federação congénere protocolo, proposto e previamente aprovado pelo Conselho de Arbitragem e destinado a permitir o intercâmbio de serviços em condições de igualdade e na medida dessa negociação, pode:

1. O árbitro e árbitro assistente, inscrito na FPF, participar em competições estrangeiras;
2. O árbitro e árbitro assistente, inscrito na federação congénere, participar em competições nacionais;
3. O formador nacional exercer as suas funções no âmbito do processo de formação de árbitros e observadores no estrangeiro;
4. O formador estrangeiro exercer as suas funções no âmbito do processo de formação de árbitros e observadores, em colaboração com a Academia de Arbitragem;
5. O árbitro e árbitro assistente que, embora filiado na FPF, se encontre no estrangeiro por motivos de formação ou profissionais, exercer a atividade de árbitro no estrangeiro;
6. O árbitro e árbitro assistente que, embora filiado em federação estrangeira se encontre em Portugal, por motivos de formação ou profissionais, exercer a atividade de árbitro nas competições nacionais.

91º

ÁRBITROS EM MOBILIDADE NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR

1. O árbitro estrangeiro que se encontre em Portugal por um período não inferior a 3 (três) meses, na sequência de programas de mobilidade no âmbito do ensino superior, pode participar nas competições nacionais e/ou distritais desde que o Conselho de Arbitragem, verificando a inexistência de situação grave e inconveniente, assim o delibere indicando as competições em que o interessado pode atuar.
2. O requerimento ao Conselho de Arbitragem é instruído:
 - a. De documento da federação de origem comprovativo do nível em que o interessado se encontra autorizado a arbitrar nesse país e
 - b. Comprovativo da detenção das condições para atuar no país de origem.

TÍTULO III

NOMEAÇÕES

92º

DESIGNAÇÃO

1. Os árbitros e árbitros assistentes que se encontrem disponíveis são designados para os jogos das competições organizadas pela FPF pela Secção Não Profissional, salvo quando a competência para a designação se encontre atribuída à Secção Profissional.
2. O Conselho de Arbitragem pode delegar nos Conselhos de Arbitragem das Associações a nomeação de árbitros para os jogos das competições de juniores nacionais.
3. Nenhum árbitro ou árbitro assistente pode deixar de ser designado em razão da sua filiação distrital ou preferência clubista.

93º

CRITÉRIOS

1. A designação de árbitro e árbitro assistente pela Secção Não Profissional obedece aos seguintes critérios:
 - a. Classificação obtida na época anterior;
 - b. Avaliação de desempenho na época em curso;
 - c. Grau de dificuldade do jogo em causa;
2. A Secção Não Profissional pode retirar temporariamente das designações o árbitro ou árbitro assistente que haja incorrido numa das seguintes situações, por si comprovadas oficiosamente ou mediante denúncia apresentada por clube interveniente no jogo em causa:
 - a. Tenha cometido grave erro técnico, devidamente comprovado, podendo haver recurso a meios audiovisuais quando se trate de questões com implicação de natureza disciplinar;
 - b. Tenha cometido sucessivos erros técnicos e/ou disciplinares, mesmo que não constantes do relatório do observador;
 - c. Apresente deficiente condição física, devidamente verificada através do relatório do observador ou de teste realizado para o efeito;
 - d. Tenha posto em causa, por qualquer forma, designadamente através de declarações públicas, a estabilidade, isenção e dignidade da arbitragem globalmente considerada, bem como dos seus órgãos hierarquicamente superiores;
 - e. Tenha violado, culposamente, as obrigações constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 19º e alínea h) do n.º 1 do artigo 20º;
 - f. Tenha sido denunciada violação grave dos seus deveres pela Secção Não Profissional do Conselho de Disciplina.
3. A denúncia de violação de deveres efetuada por clubes não prejudica a designação de um árbitro ou árbitro assistente, salvo quando a Secção Não Profissional do Conselho de Disciplina ordene a sua suspensão preventiva.

94º

JOGOS DE DIFICULDADE ACRESCIDA

O grau de dificuldade dos jogos é aferido pela consideração de quaisquer fatos considerados relevantes ocorridos em momento anterior à data da designação e ainda pela ponderação conjugada dos seguintes fatores:

- a. Posição ocupada na tabela classificativa pelos Clubes intervenientes;
- b. Rivalidade existente entre os Clubes intervenientes.

CAPÍTULO V CLASSIFICAÇÕES

95º

EXCLUSIVIDADE

A Secção de Classificações propõe as normas de classificação para árbitros, árbitros assistentes e observadores e procede à sua publicação em Comunicado Oficial até ao início das competições a que as mesmas digam respeito.

96º

OBSERVAÇÃO

1. Os árbitros e árbitros assistentes podem ser observados com carácter classificativo em quaisquer jogos das competições distritais, nacionais não profissionais e profissionais.
2. Excetua-se do número anterior os jogos das finais da Taça de Portugal, da Taça da Liga e os jogos da Supertaça.
3. Após a realização do jogo o observador pode reunir com a equipa de arbitragem para discussão construtiva dos aspetos técnicos a melhorar, esclarecimento de incidentes que tenham ocorrido no jogo e demais a constar do relatório de observação técnica, com exceção do valor quantitativo da avaliação realizada nas condições a definir pela Secção de Classificações no início das competições.

97º

CONHECIMENTO DOS RELATÓRIOS

O árbitro e árbitro assistente toma conhecimento, individual, dos relatórios dos observadores relativos aos jogos em que participe, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua realização, encontrando-se obrigado a deles guardar confidencialidade.

98º

RECLAMAÇÃO DOS RELATÓRIOS

1. O árbitro e árbitro assistente que discorde dos relatórios pode, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização, dele reclamar para a Secção de Classificações, que decide após submeter a parecer da Comissão de Avaliação de Reclamações.
2. São admissíveis reclamações com base nos seguintes fundamentos:

- a. Erro no preenchimento do relatório, tendo em conta os critérios e limites de notas previstas nas diretivas em vigor;
 - b. Teor incorreto, corroborado por suporte de imagem em formato digital com gravação integral do jogo, nos exatos termos indicados nas normas de classificação aprovadas anualmente pela Secção de Classificações.
3. Aos reclamantes estão vedados outros meios de prova que não os indicados no presente artigo.
 4. A Secção de Classificações pode submeter a parecer da CAR qualquer relatório que entenda e com os meios de prova acima indicados, ainda que do mesmo não tenha havido qualquer reclamação, com efeitos classificativos.

99º

DENÚNCIA DE ARBITRAGEM INCORRETA

1. Os clubes podem denunciar ao Conselho de Arbitragem a existência de arbitragem incorreta, no prazo de 5 (cinco) dias após o jogo.
2. Só pode fazer prova de arbitragem incorreta a gravação integral do jogo em formato digital.
3. O recebimento da denúncia é recusado quando ocorrer algum dos seguintes factos:
 - a. A denúncia não tenha sido endereçada ao Conselho de Arbitragem dentro do prazo para o efeito;
 - b. Com a denúncia não tenha sido junto a gravação integral do jogo em formato digital e o comprovativo do prévio pagamento da taxa devida.

100º

TAXA

1. Por cada reclamação ou denúncia é devida uma taxa, reembolsável em caso de provimento.
2. O pagamento da taxa devida é efetuado na tesouraria da FPF e o comprovativo do seu pagamento é junto à reclamação sob pena de não prosseguimento do processo.
3. Os árbitros encontram-se isentos de pagamento de taxa, salvo nas reclamações que, em cada época desportiva, seguirem uma que não tenha tido provimento.
4. O valor das taxas devidas pelos árbitros e clubes é anualmente fixado em Comunicado Oficial da FPF.

101º

UNIFORMIDADE

Os Conselhos de Arbitragem das Associações devem aplicar tendencialmente as normas aprovadas e divulgadas no início de cada época desportiva pela Secção de Classificações do Conselho de Arbitragem da FPF.

CAPÍTULO VI

NORMAS TRANSITÓRIAS PARA A ÉPOCA 2015/2016

102º

QUADRO C1 DE FUTSAL

1. Na época 2015/16 o quadro C1, em futsal, é composto por 20 (vinte) árbitros, sendo:

- a. 17 (dezassete) por manutenção da sua categoria;
 - b. 3 (três) por promoção da categoria C2 Elite.
2. No final da época 2015/16 são promovidos à categoria C1 os 6 (seis) melhores classificados do estágio curricular elite nível 3 (ECE3) – categoria C2 Elite para acesso à categoria C1 -, sendo que pelo menos 50% dos promovidos deve ter idade inferior a 28 anos à data de 30 de junho de 2016.

103º

Suspensão da vigência

As normas constantes dos números 10 e 11 do artigo 10º e dos números 9 e 10 do artigo 11º do presente Regulamento ficam suspensas até à homologação e posterior publicação do parecer solicitado pelo Governo português à Procuradoria-Geral da República.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

104º

ARREDONDAMENTOS

Sempre que, no presente Regulamento, se torne necessário determinar o número de árbitros através do cálculo de uma percentagem o arredondamento é feito por excesso para o número inteiro superior.

105º

APLICAÇÃO

O presente Regulamento é aplicável a todas as competições e ações regulamentares que tenham início após a sua entrada em vigor, mesmo que a respetiva conclusão venha a ter lugar após o final da época, incluindo as condições de acesso a cursos de formação, seminários e estágios.

106º

ADAPTAÇÃO

As associações distritais e regionais encontram-se obrigadas a adaptar os seus regulamentos de arbitragem ao disposto no presente Regulamento, bem como posteriores alterações, até ao dia 31 de Julho da respetiva época.

107º

ENTRADA EM VIGOR

O presente regulamento entra em vigor no dia 1 de julho de 2015.